

Jane Araujo Russo

.....

Memorial

•

2017

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

• UERJ •

Life is what happens to you while you're busy making other plans.

— JOHN LENNON

em *Beautiful Boy*, do álbum *Double Fantasy*

“Sabe qual é o problema com você, Charlie Brown?”

O problema é que você é você.”

Após um quadrinho de reflexão muda sobre a

irrefutabilidade dessa observação, Charlie pergunta:

“Bem, e o que é que eu posso fazer?” E Lucy responde:

“Não dou conselhos, apenas aponto a raiz do problema.”

— CLIFFORD GEERTZ

em *Nova Luz sobre a Antropologia*

E escrever um memorial nesta altura da vida e da carreira é uma empreitada complicada. Por onde começar? Quando, de fato, se inicia uma vida acadêmica, essa trajetória que leva à progressão para professor titular de uma universidade pública?

Uma maneira simples de iniciar seria pelo curso de graduação em psicologia. Mas essa escolha, bem como a orientação pouco usual que segui no seu transcurso, me levam a uma reflexão sobre momentos anteriores, sobre as origens de minhas escolhas e trajetórias. Longe de querer impacientar a banca encarregada da leitura do memorial, a volta às origens tem um sentido sócio-antropológico que a própria carreira me revelou.

Sou a terceira filha de quatro. Dois irmãos mais velhos e uma irmã caçula. Meu pai engenheiro militar, minha mãe dona de casa com segundo grau completo. Ambos vieram para o Rio após o casamento vindos de Mato Grosso do Sul (na época Mato Grosso). Embora tenha trabalhado antes do casamento, minha mãe nunca pensou em exercer uma profissão. Meus irmãos, como seria de se esperar, encaminharam-se para a profissão paterna. Eu e minha irmã, crescendo na então capital nos anos 50 e 60, encontramos um mundo inteiramente diverso daquele em que nossa mãe havia crescido. A mudança para a cidade grande trouxe um universo novo de valores e expectativas: a sociedade brasileira se modernizava e sentíamos de forma difusa a insatisfação materna com a dependência material do casamento.

Meu pai funcionava como o modelo profissional bem sucedido de ascensão social e financeira. Mas como seguir esse modelo sendo mulher?

É necessário frisar que, embora houvesse a expectativa de que nós, meninas, seguíssemos uma carreira profissional, essa expectativa, ao contrário do que acontecia com os meninos, era bastante imprecisa. Imprecisa o suficiente para ser desorientadora. Havia uma paradoxal liberdade de escolha – não sentíamos a pressão para carreiras ditas “masculinas” – poderíamos escolher qualquer área de estudos, qualquer carreira. O que pode ser, ao contrário do que se pensa, bastante aflitivo. O *coming of age* feminino neste momento, entre um feminismo que já começava a ser estridente e as donas de casa que cercavam a jovem mulher, é produtor de uma subjetividade extremamente individualizada (a escolha é sua) e interiorizada (o que você realmente quer?). Colocam-se aí duas das questões que, imbricadas na minha vida, ocuparam meus estudos posteriores: o individualismo como valor e a constituição do campo “psi” brasileiro. Apenas o gênero, como questão teórica, só foi incorporado às minhas reflexões em momento bem posterior.

Peço que se imagine o final dos anos 60, início de 70, anos de chumbo da ditadura militar, momento em que, como estudei posteriormente nos textos de Gilberto Velho, as camadas médias urbanas (onde minha família se inseria) conhecem uma forte ascensão social e o contato com valores ditos modernos. E também momento em que, como mais tarde aprendi com Sérvulo Figueira, tais deslocamentos sociais e culturais promovem um forte desmapeamento. Esse contexto fomentou um *boom* do que diferentes autores chamam cultura psicológica – sustentada sobretudo por uma difusão impressionante da psicanálise enquanto *weltanschauung* e terapia. É nesse contexto que a psicanálise, em meio a minhas indecisões e deriva, passou a fazer parte da minha vida. Inicialmente como instrumento de autoconhecimento, posteriormente como objeto de estudo. Também dentro desse contexto a psicologia, que começava a proliferar em um sem número de cursos e possibilidades profissionais, será minha escolha. Quando tudo parecia correr como previsto numa típica carreira feminina: encantamento com a psicanálise e um futuro consultório, um encontro vai provocar uma inflexão importante na minha vida intelectual e profissional. Sérvulo Figueira, à época monitor da disciplina Literatura Psicanalítica na PUC-RJ e trãnsfuga das ciências sociais, me introduz a um novo universo de autores da sociologia e da antropologia. Com Sérvulo, nos grupos de estudos que ele mantinha em sua casa, estudei, além do próprio Freud, Simmel e Dumont, autores aos quais ele era, por sua vez, apresentado por Gilberto Velho em cursos do Museu Nacional. Vários temas que, mais

tarde, serão objeto de reflexão e pesquisa em minha carreira estão presentes na minha própria história de vida: difusão da psicanálise e psicologismo, desmapeamento (conceito criado por Sérvulo que será o fundamento de diversos trabalhos na época), individualismo e pessoa moderna. Meu contato com os trabalhos de Gilberto foi, neste sentido, inspirador. Até hoje o artigo “Prestígio e ascensão social – dos limites do individualismo na sociedade brasileira” instiga reflexões sobre minha própria carreira (no sentido que Goffman dá ao termo).

A forte relação de colaboração que então se estabeleceu entre Sérvulo e Gilberto produziu naquele momento um diálogo, até então inédito, entre a antropologia e o mundo psi. Sérvulo, preparando-se para uma formação psicanalítica, era um crítico arguto da intensa difusão e popularização da psicanálise que então se assistia nos grandes centros urbanos brasileiros. Gilberto, a partir dos estudos de camadas médias que então desenvolvia no Museu, trazia uma colaboração fundamental para pensar a constituição de uma cultura psi entre nós. Publicaram juntos diversas coletâneas e Gilberto passou a ser o interlocutor privilegiado no diálogo entre as ciências sociais e o universo psi. Trabalhei em conjunto com Sérvulo, não apenas como parceira e interlocutora em suas reflexões sobre o tema, mas também contribuindo nas coletâneas como tradutora e autora. Já aluna do mestrado em psicologia social, publiquei o artigo “Sobre a ‘neutralidade’” em *Psicanálise e Ciências Sociais* (coletânea organizada por Sérvulo para a editora Francisco Alves, 1980) e, com Tania Coelho dos Santos, “Psicanálise e casamento” em *Família, psicologia e sociedade*, organizada por Sérvulo e Gilberto em 1981 para a editora Campus. Quando Sérvulo foi fazer formação psicanalítica em Londres, fiquei encarregada da coleção que ele dirigia na Editora Campus – Contribuições em psicologia, psicanálise e psiquiatria. Graças à proximidade com a editora revi Ricardo Benzaquem de Araujo, que já havia conhecido através de Sérvulo, e que também coordenava uma coleção lá. Nasceu daí uma amizade muito importante para mim, com uma profunda troca intelectual e afetiva.

Fiz o mestrado na PUC RJ entre 1978 e 1982, onde havia feito minha graduação. Minha orientadora foi Anamaria Ribeiro Coutinho e minha dissertação foi sobre “Os efeitos da psicanálise”. Para escrevê-la entrevistei pessoas (geralmente conhecidas ou amigas/os de amigas/os) que estavam fazendo psicanálise há um certo número de anos. Busquei discutir uma espécie de regra paradoxal transmitida pela terapia (e pela própria *weltanschauung*) psicanalítica: a regra de “não ter regras”. Esse insight foi retomado e elaborado de forma mais consistente por Sérvulo posteriormente, através do conceito de desmapeamento.

Durante o mestrado Tania Coelho dos Santos foi uma interlocutora constante. Neste período lemos com afinco os trabalhos de Michel Foucault, em especial *Vigiar e Punir*, que foi um divisor de águas na minha trajetória intelectual. Fiz os cursos de Roberto Machado, na PUC à época, além de assistir seminários de Jurandir Freire Costa, que então se aproximava de minha orientadora. Na época os livros *Ordem médica e norma familiar* de Jurandir e *Danação da norma* de Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogério Luz e Katia Muricy apontavam um caminho importante de pesquisa, sob a influência de Foucault, no campo intelectual brasileiro.

Ainda durante o mestrado, a carreira acadêmica se apresentou para mim através de uma vaga de professora no curso de psicologia da Universidade Santa Úrsula. Os anos que passei na Santa Úrsula foram de intenso aprendizado, de um lado na arte de dar aula para grandes turmas de graduação, de outro acerca da dinâmica política no cenário universitário nacional. Participei ativamente da vida institucional da Santa Úrsula como coordenadora da graduação e chefe de departamento, e também da vida política na Associação de Docentes onde as discussões acerca do papel social da universidade na sociedade eram acaloradas. Era tempo de abertura política e a psicologia se engajava na crítica social da época.

Após o mestrado decidi tentar o doutorado no Museu Nacional – à época um lugar mítico para nós da psicologia – tendo Gilberto Velho, com quem fizera disciplinas como ouvinte, como orientador. Fui aceita por Gilberto e pelo Museu em 1986, e essa foi outra grande virada na minha vida.

A experiência de estudar no Museu após graduação e mestrado em psicologia foi, em si, impactante. Os cursos com Gilberto me colocaram em contato com suas orientandas e orientandos da época, com quem o diálogo era sempre estimulante. Gilberto foi um orientador atento e dedicado além de, como todos sabem, engraçado. Estimulava a autonomia intelectual e criativa dos orientandos, elogiando quando apropriado e criticando quando necessário. Indicou e apoiou a publicação de minha tese *O corpo contra a palavra* pela editora da UFRJ.

No Museu fiz o último curso oferecido por Roberto da Matta como professor da instituição, lendo com ele Gilberto Freyre e outros autores do pensamento social brasileiro (além, é claro, dele mesmo). Conheci Luiz Fernando Duarte que iria se tornar personagem fundamental na minha carreira. Em Teoria Antropológica I mais um encontro importante, pelas mãos de Afrânio Garcia, com a teoria de Pierre Bourdieu. Minha tese de doutorado acabou se apoiando em um enquadre teórico construído ao longo da minha formação, desde os grupos de estudo na casa de

Sérvulo, até as disciplinas cursadas no Museu. Tendo como pano de fundo a teoria dumontiana acerca da ideologia individualista, para pensar a especificidade do campo psi no Brasil utilizei, de um lado, a noção de desmapeamento de Sérvulo Figueira como explicação possível para a difusão de uma cultura psi, de outro as teorias de Gilberto Velho e de Roberto da Matta sobre um “individualismo à brasileira”, e, por fim, Pierre Bourdieu, cuja teoria me encantara profundamente, para pensar o impacto subjetivo da mobilidade social. A obra de Bourdieu, em especial *La distinction*, teve um efeito de auto-reflexão semelhante aos artigos de Gilberto sobre o individualismo das camadas médias brasileiras. Tinha a sensação muito clara de “desmascaramento” social do meio em que vivia (e vivo). Descobri então um fato curioso: a capacidade das pessoas com que convivia (e convivo) de falarem sobre si do ponto de vista psicológico “interiorizado” é tão grande quanto sua aversão a uma visão sociológica da própria vida.

No doutorado, sem deixar inteiramente de lado a psicanálise, mergulhei no universo alternativo dos terapeutas corporais e procurei, de um lado, construir um quadro histórico do surgimento de diferentes personagens, grupos e instituições no Brasil e, de outro, refletir sobre a trajetória dos pioneiros das terapias corporais – afinal o que tinha levado essas pessoas para uma carreira ao mesmo tempo desviante e bem-sucedida. Desviante porque fora do *mainstream* da psicologia da época, que era a psicanálise. E bem-sucedida, pois todos tinham seus consultórios cheios, ofereciam curso de formação ou participavam de instituições estabelecidas. Sobre a constituição do campo das terapias corporais, minha hipótese se ancorava na excessiva difusão da psicanálise. Argumentei que tal difusão trazia com ela a possibilidade de desvalorização do título de psicanalista, e da psicanálise como um todo, provocando dois movimentos distintos e opostos: de um lado a hipervalorização intelectualista do título a partir da vertente lacaniana – ser psicanalista não é para qualquer um – e de outro a negação do valor do título – ser psicanalista não é o objetivo – pela via da terapia corporal.

Sobre os pioneiros que entrevistei, analisei sua trajetória social como processo de construção de si. Concebi minha análise baseando-me na proposta de Bourdieu de que a mobilidade social não ocorre apenas para cima ou para baixo, mas também diagonalmente, a partir da aquisição de capital simbólico, isto é, da transformação do tipo de capital “acumulado” pela pessoa ou família. Do meu ponto de vista essa leitura de Bourdieu, completada com as noções de habitus e disposição, se articulava de forma primorosa com as discussões de Gilberto sobre a mobilidade social das camadas médias. Em minha tese tentei mostrar como os

terapeutas corporais que eu havia entrevistado transformaram sua marginalidade (social, geográfica e muitas vezes econômica) de desvantagem em virtude. Barrada sua entrada no universo hegemônico da psicanálise, buscaram o mundo indefinido e marginal das práticas psi alternativas, construindo um campo profissional ao mesmo tempo em que construíam a si mesmos. Nas suas trajetórias de afastamento (geográfico e simbólico) do meio social em que nasceram, a nova profissão, além de propiciar a aquisição de um razoável status social e econômico, superior àquela da família de origem, transformava essa aquisição em um “encontro consigo mesmo”.

Chamo a atenção para o início deste memorial – as minhas origens. Acredito que toda a literatura sobre a qual me debrucei para construir o referencial teórico da minha tese não teria sido suficiente sem minha própria experiência de mobilidade social – como parte de uma certa geração de mulheres, e de um certo momento de ascensão de camadas médias urbanas no Brasil. Penso aqui no que Louis Dumont fala na introdução de *Homo Hierarchicus*: “To the self-sufficient individual it [sociology] opposes man as a social being; it considers each man no longer as a particular incarnation of abstract humanity, but as a more or less autonomous point of emergence of a particular collective humanity, of a society. To be real, this way of seeing things must, in the individualistic universe, take the form of an experience, almost a personal revelation, and this is why I speak of ‘sociological apperception’.” (p. 39) O que eu estava fazendo, portanto, era lidar com a subjetividade, a interioridade psicológica, a partir de uma “apercepção sociológica”. Assim, terminei minha tese, com a impressão de que sempre escrevemos sobre nós mesmos, com a seguinte frase: “...esperamos ter contribuído para tornar mais clara, ou mais inteligível, essa misteriosa passagem que transforma determinismos sociais e culturais em desejos e aspirações individuais”.

No decorrer do doutorado publiquei três artigos sobre o campo psicanalítico no Brasil: “A difusão da psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise” no livro *Família e Valores* organizado por Ivete Ribeiro, fruto de um seminário promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social; “O lacanismo e o campo psicanalítico no Rio de Janeiro”, no *Anuário Brasileiro de Psicanálise*, organizado por Daniela Ropa e “A reorientação do campo psicanalítico nos anos 80” no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 36, n.6.

O artigo incluído no livro de Ivete Ribeiro deu origem a um outro artigo, publicado recentemente (2012) na coletânea *Psychoanalysis and politics – histories of psychoanalysis under conditions of restricted political freedom* organizada por

J. Damousi e M. Ben Plotkin, em que os argumentos ali presentes foram rediscutidos e desenvolvidos: “The social diffusion of psychoanalysis during the Brazilian military regime: psychological awareness in an age of political repression”. Nesses dois textos procuro demonstrar que o psicanalismo brasileiro não poderia ser inteiramente explicado pela repressão política – esta necessariamente fomentando uma volta sobre si e a conseqüente psicologização da vida. Voltei aos textos de Gilberto argumentando que a modernização autoritária levada a cabo pelo regime militar nos anos 1970 tinha um efeito desmapeador sobre os sujeitos de camadas médias urbanas, produzindo um agudo desejo de auto-conhecimento. Além disso, apoiando-me na literatura – não muito extensa – sobre a cultura jovem do período, e no livro de Robert Castel *A Gestão dos Riscos*, sugeri a possibilidade de que o psicologismo do período fora intensamente alimentado por uma transformação da contestação política, agora voltada para uma contundente condenação dos costumes tradicionais, propugnando por uma liberação sexual sem limites, e colocando no centro da cena política os marginalizados de toda ordem. A luta capital *versus* trabalho deveria ser complementada (e às vezes superada) pela luta entre o centro irradiador da ordem e as margens oprimidas.

Retorno ao doutorado para falar de outro bom encontro na minha vida acadêmica: com Luiz Fernando Dias Duarte, propiciado pelo interesse comum no fenômeno da psicologização. Luiz Fernando, nesse ponto de minha trajetória, contribuiu de forma decisiva para minha inserção em campos de estudos e trabalhos que revelaram-se fundamentais para a consolidação de minha carreira acadêmica e intelectual.

O primeiro campo foi o que se constituiu nos Grupos de Trabalho da Anpocs, entre 1994 e 2009 em torno da temática do corpo, da saúde e suas perturbações. Inicialmente sob a coordenação de Luiz Fernando, tais GTs, revezando-se com Seminários Temáticos, funcionaram como importante fórum de discussão e debate entre diferentes grupos de pesquisa. Coordenei alguns GTs e STs (Seminários Temáticos) e no decorrer dos debates e apresentações de trabalho tive contato com campos de pesquisa extremamente ricos, além de ter a oportunidade de estabelecer interlocução e trocas com vários colegas e grupos de outros estados. Minhas lembranças desses anos de Anpocs juntam o trabalho intelectual intenso dos GTs às divertidas, e às vezes sérias, conversas à beira da piscina do Hotel Glória, que forjaram amizades duradouras. O fato de ter feito minha graduação e meu mestrado em psicologia fazia com que eu me ressentisse da falta de uma ancoragem mais sólida como cientista social e antropóloga. Os GTs e STs da Anpocs contribuíram de forma

inegável para que eu me localizasse nesse conjunto amplo e amorfo formado pelas diferentes faces da antropologia.

O próprio título dos GTs e STs, entretanto – “Pessoa, corpo e doença”; “Sexualidade e subjetividade”; “Pessoa, corpo e saúde”; “Natureza e cultura, uma fronteira em discussão”; “Pessoa e corpo: novas tecnologias biológicas e novas configurações ideológicas”; “Corpo, biotecnologia e saúde”; “Corpo, saúde e subjetividade”; “Corpo saúde e emoção” – apontam para uma situação fronteiriça. Por um lado está se tratando de fronteiras entre saberes, práticas e epistemologias diversas sobre o humano – de um lado a biologia, a psicologia e a biomedicina, de outro as ciências sociais. Por outro é possível dizer que a posição do próprio grupo de estudos fica nas regiões fronteiriças da antropologia ou das ciências sociais como um todo. Ou seja, não compõem um corpus tradicional rapidamente reconhecido tal como “etnologia indígena”, “campesinato” ou “pensamento social”. Há um certo grau de marginalidade nesse tipo de estudo, apesar dos trabalhos iluminadores de autores como Lévy Bruhl, Edward Sapir e, sobretudo, Marcel Mauss. Bem verdade que na França já se constituía a temática da *Anthropologie de la Maladie* e nos Estados Unidos a *Medical Anthropology*. Do ponto de vista da antropologia brasileira, entretanto, me parece que esses grupos da Anpocs estavam constituindo um campo de pesquisa e reflexão relativamente novo. Minha ancoragem enquanto “pesquisadora borderline”, portanto, se dava num campo de estudos ele mesmo localizado nas bordas da antropologia mais tradicional. Minha localização institucional segue esse mesmo caminho, pois após minha inserção no curso de psicologia da Universidade Santa Úrsula, fiz concurso para o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), para uma vaga curiosamente direcionada para um professor “não médico”. Lá trabalhei durante mais de dez anos.

Enquanto ainda estava no IPUB fui convidada para trabalhar no IMS como professora visitante, entrando como professora efetiva através de concurso em 1995. Passei então a fazer parte do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, área de concentração em Ciências Humanas e Saúde. De novo não médica entre médicos? Voltarei a essa questão mais adiante.

O segundo campo se abriu quando, sob a coordenação de Luiz Fernando e em conjunto com Ana Maria Jacó Vilela do Instituto de Psicologia da UERJ e Ana Teresa Venancio, participei do projeto integrado Psico-Rio – A Institucionalização dos Saberes Psicológicos no Brasil (Rio de Janeiro): uma Contribuição à Antropologia da Pessoa Ocidental Moderna, financiado pelo CNPq, que tinha como objetivo “o levantamento de dados históricos e etnográficos sobre a insti-

tucionalização dos saberes da psicologia, da psiquiatria e da psicanálise na área cultural do Rio de Janeiro, com o intuito de organizar um corpo documental e analítico de referência para o desenvolvimento de pesquisas”. Foram anos extremamente ricos do ponto de vista de produção intelectual, com a formação de um grupo de discussão consistente e aguerrido, composto por psicólogos, psiquiatras e cientistas sociais.

O núcleo do projeto consistia no levantamento descrito acima, envolvendo um grupo grande de bolsistas de iniciação científica, a constituição de um banco de dados e de um site permitindo o acesso “amigável” às informações contidas no banco. Além desse trabalho, que demandava muita dedicação de todos os participantes, cada colaborador senior desenvolvia um projeto específico ligado à história do saberes psi no Brasil. Meu projeto era sobre a pré-história da psicanálise no Brasil, ou seja, como a psicanálise chegou em terras brasileiras antes do estabelecimento das sociedades “oficiais”. Neste momento já havia a tese de mestrado de Gilberto Rocha *Psicanálise e Psiquiatria – uma introdução epistemológica ao surgimento da psicanálise no Brasil*, de 1983, posteriormente publicada em livro, alguns artigos de Marialzira Perestrello, o artigo de Silvia Alexim Nunes “Da Medicina Social à Psicanálise”, de 1988, os trabalhos de Roberto Sagawa sobre os inícios da psicanálise em São Paulo, também dos anos 80 e, em especial, o livro de Elisabete Mokrejs *A Psicanálise no Brasil: as origens do pensamento psicanalítico*, publicado em 1992.

Ao contrário dos trabalhos de Sagawa, de cunho mais antropológico, os demais textos e livros, de modo mais ou menos explícito, acabavam por avaliar essa “protopsicanálise” do ponto de vista de seu maior ou menor afastamento de uma psicanálise “verdadeira”. Ou seja, eu percebia um julgamento dos responsáveis pela introdução da psicanálise no cenário intelectual brasileiro – todos psiquiatras – por suas relações com temas “conservadores” da época, como a higiene mental e a eugenia, ou suas intenções pedagógicas e muitas vezes moralistas. Minhas reflexões e pesquisas acerca da psicanálise, porém, me levavam por outro caminho. Eu percebia só ser possível falar em psicanálise no plural. E, como eu já havia argumentado na minha tese de doutorado: a disputa em torno da “verdadeira” psicanálise dizia respeito basicamente aos interessados em manter algum monopólio do título de psicanalista ou da transmissão da “doutrina”. É claro que eu mesma não via como uma interpretação da psicanálise, qualquer que fosse, pudesse abrigar ideias eugênicas. Mas considerava (e considero até hoje) que o fundamental era tentar entender a convivência de temáticas e crenças que, aos nossos olhos contemporâneos,

parece desprovida de lógica. Se a doutrina freudiana estava ou não sendo distorcida é algo que não seria objeto da minha discussão.

Minha pesquisa envolveu textos de Franco da Rocha, Henrique Roxo, Afrânio Peixoto, Arthur Ramos e, em especial, Júlio Porto-Carrero e Gastão Pereira da Silva. Publiquei seis artigos sobre essa temática, sendo um deles com Sergio Carrara. Em meus artigos argumentei que, para esses “pioneiros” da psicanálise, esta funcionava como uma espécie de instrumento civilizador. Todos faziam parte de uma geração de intelectuais que buscava propor à nação um projeto modernizador. A partir da leitura psicanalítica da sexualidade, como impulso irrefreável e, ao mesmo tempo, responsável por todas as conquistas da humanidade, um autor como Porto-Carrero, por exemplo, via uma saída para o “atraso” nacional: a educação sexual psicanaliticamente informada. Os impulsos sexuais (o primitivismo) não eram um problema específico das raças que compunham o país. E também não consistiam um obstáculo intransponível, pelo contrário. A civilização se produziria valendo-se dos próprios impulsos sexuais, devidamente canalizados, domesticados pela sublimação.

O grupo Psico-Rio publicou dois números dos Cadernos IPUB, o nº 8 em 1997 (Noção de Pessoa e institucionalização dos Saberes Psicológicos no Brasil) e o nº 18 em 2000 (Antropologia e História dos Saberes Psicológicos) e em 2005 a coletânea *Psicologização no Brasil – atores e autores*, organizada por mim, Luís Fernando Duarte e Ana Teresa Venancio, pela editora Contracapa.

Os anos dedicados ao estudo do “fenômeno psi” valeram-me dois convites importantes. O primeiro por Celso Castro, antigo colega do Museu, para escrever um número da coleção Descobrendo o Brasil, editada pela Jorge Zahar. Aceito o convite, escrevi *O mundo Psi no Brasil*, publicado em 2002.

O outro convite foi de Mariano Ben Plotkin, cientista social argentino, autor do excelente *Freud in the Pampas*, para participar de um seminário realizado em 2007 no Rockefeller Archive Center de Tarrytown, Nova York, que resultou na publicação, em 2009, da coletânea *The Transnational Unconscious: Essays in the History of Psychoanalysis and Transnationalism*, organizada por Joy Damousi e Mariano Ben Plotkin (nela publiquei “The lacanian movement in Argentina and Brasil: the periphery becomes the center”). O segundo encontro deste grupo de trabalho realizou-se em Paris, em 2010, tendo como resultado a publicação da coletânea *Psychoanalysis and Politics. Histories of Psychoanalysis under Conditions of Restricted Political Freedom* também organizada por Joy Damousi e Mariano Ben Plotkin (onde publiquei o artigo já citado “The social diffusion of Psychoanalysis during the Brazilian military regime: psychological awareness in an age of political

repression”). Em 2011 realizamos um terceiro encontro em Buenos Aires que resultou na criação da revista on line *CulturasPsi/PsiCultures*, de circulação aberta e gratuita, de cujo comitê editorial faço parte. Em 2013 organizei com Mariano o encontro internacional Culturas Psi, na UERJ, com financiamento da FAPERJ e da CAPES. A partir desse encontro organizamos um dossiê da revista *História, Ciência e Saúde – Manguinhos* (contemplado com um auxílio editoração pela FAPERJ), a ser publicado no segundo semestre de 2017.

Os anos que passei como professora “não-médica” no IPUB me aproximaram da rede de discussão em torno da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Lá trabalhei na equipe de João Ferreira da Silva Filho (com quem organizei a coletânea *Duzentos anos de Psiquiatria*, publicada em 1992), como Diretora de Ensino e, posteriormente, como Coordenadora do programa do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental. Tive o privilégio de conhecer pessoas como Pedro Gabriel Delgado, Cristina Loyola, Ana Maria Pitta e Domingos Sávio, este último responsável pela implantação da reforma brasileira em nível federal. Além dos que, na época, eram alunos de pós-graduação e hoje são professores, como Octavio Domont, Maria Tavares Cavalcanti, Sergio Levcovitz, Silvia Jardim e Júlio Verzman. Formávamos, junto com Ana Cristina Figueiredo, o que Cristina Loyola chamou o “*dream team*” do IPUB.

Durante esse período, entretanto, apesar das interessantes políticas assistenciais então implantadas por João Ferreira, e do incentivo à área de saúde mental no programa de pós-graduação, eu percebia um fosso crescente entre a pesquisa financiada e prestigiosa do ponto de vista das agências de fomento – voltada para os ensaios clínicos com medicamentos – e as discussões políticas sobre a humanização do cuidado. Eram duas visões do ser humano e suas patologias radicalmente opostas, assim me parecia, uma podendo ser descrita como cerebral e outra mental. Daí surgiu meu interesse em pesquisar a chamada psiquiatria biológica, seu surgimento e florescimento como forma de compreender e lidar com as perturbações mentais. Ganhei assim, em 1996, minha primeira bolsa em produtividade de pesquisa do CNPq com a pesquisa A Construção do Campo Psiquiátrico Contemporâneo: a Psiquiatria Biológica. Foi no decorrer dessa pesquisa que tive três encontros extremamente profícuos para minha trajetória acadêmica – com Livi Faro, Marina Nucci e Bruno Zilli – então bolsistas de iniciação científica, que seguiram comigo suas carreiras, no mestrado e doutorado do IMS (Livi e Marina), e no

mestrado e pós-doutorado também no IMS (Bruno). Com Bruno, Marina e Livi, e muitos outros orientandos/as que vieram depois aprendi o valor da troca intelectual e do trabalho coletivo. Troca no sentido maussiano do termo, em que somos “obrigados” a dar, receber e retribuir dádivas – ideias, opiniões, informações, livros, conversas, entusiasmos, decepções – que nos vinculam intensamente uns aos outros.

A investigação sobre a Psiquiatria Biológica levou-me por dois caminhos: o primeiro tinha a ver com as transformações na própria concepção de pessoa (ou construção de si). Sigo aqui a proposição de Luís Fernando Duarte em *Da Vida Nervosa* acerca das três configurações dos saberes acerca do humano e suas perturbações: da melancolia, do nervoso e do psicológico, consistindo essa última “(n)o modelo físico- moral constituído e desenvolvido a partir do pensamento de Freud, ou seja, da ‘psicanálise’” (p.106) O florescimento da psiquiatria biológica indicava o surgimento de um outro caminho para a compreensão de si, distinto do “modelo do psicológico”. Eu já havia discutido essa questão no artigo “Os três Sujeitos da Psiquiatria” publicado no *Cadernos IPUB* nº 8, em 1997. Voltei a ela nos artigos escritos, um com Marta Henning (“O sujeito da psiquiatria biológica”), e outro com Edna Ponciano. Os temas discutidos neste último, “O sujeito da Neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza”, de 2002, voltaram a ser objeto de minha atenção mais recentemente.

O segundo caminho apontado pela investigação levou-me a pesquisar a publicação da terceira versão do DSM (*Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders*, publicado pela American Psychiatric Association), em 1980. Trabalhava então com Ana Teresa Venancio – companheira desde o início do Psico-Rio, coautora de vários artigos e trabalhos apresentados, amiga de sempre – e uma equipe de bolsistas de iniciação científica da qual fizeram parte Livi, Marina e Bruno.

A relação entre a revisão do DSM, que resultou na publicação do DSM III, e o florescimento da psiquiatria biológica não é direta. A virada classificatória na nosografia psiquiátrica iniciada com o DSM III, como se sabe, foi muito além de uma mera mudança terminológica. Toda a arquitetura do manual foi modificada, transformando a hierarquia e a diferenciação entre os diversos grupos de “transtornos” (a adoção do termo transtorno, tradução brasileira para “*disorder*”, deve ser em si objeto de discussão), formando novos grupos e fazendo surgir novas nomenclaturas. Como também é sabido, tal mudança teve como epicentro a luta em torno da manutenção ou descarte da categoria “neurose”. O pano de fundo dessa luta era a disputa pela hegemonia no campo entre os psicanalistas e os psiquiatras neo-kräepelinianos, estes propugnando por uma classificação a-teórica e meramente des-

critiva, que não implicasse qualquer ideia de etiologia subjacente (necessariamente pressuposta pelo termo “neurose”). Era uma luta da psiquiatria norte-americana, vencida pelos neo-kraepelinianos, que acabou por se globalizar. Assistia-se então ao declínio da chamada “psiquiatria psicodinâmica”, calcada no referencial psicanalítico, como vertente hegemônica da psiquiatria. A nova classificação espelhava essa luta e seu desenlace. A insistência na classificação puramente descritiva e objetiva tinha total afinidade com o que mais tarde se chamaria “psiquiatria biológica”. Já no artigo de 1999 (“O sujeito da psiquiatria biológica”), escrito com Marta Henning, argumentávamos que o pressuposto empiricista subjacente à posição “a-teórica” tinha forte afinidade com uma visão fiscalista da perturbação mental. Cito aqui o artigo: “A objetividade empírica dos sinais e sintomas corresponde idealmente à objetividade empírica do substrato físico. (...) A objetividade do diagnóstico psiquiátrico é igual à objetividade do substrato fisiológico e orgânico.” Tratei essa questão de modo mais detido no artigo publicado em 2006, em coautoria com Ana Teresa Venancio – “Classificando as pessoas e suas perturbações: a ‘revolução terminológica’ do DSM III”.

A revolução terminológica do DSM III implicou um aumento exponencial das categorias diagnósticas. A respeito disso duas questões surgiram no decorrer da pesquisa: de um lado a construção do diagnóstico pela biomedicina e o papel da indústria farmacêutica nesse processo e, de outro, a possibilidade da transformação de perturbações da vida cotidiana em um diagnóstico psiquiátrico. Uma questão está ligada à outra, pois há um grande interesse da indústria que um conjunto maior de perturbações seja passível de tratamento medicamentoso. Onde termina a indisciplina infantil e começa o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)? Onde termina a tristeza e começa a Depressão? Mais tarde, ao relatar minhas pesquisas sobre a medicina sexual, voltarei a essas questões.

Em 2002 minha carreira acadêmica sofreu mais uma grande virada, que foi o convite feito por Malu Heilborn e Sergio Carrara, colegas no IMS, para participar da criação do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Malu e Sérgio já eram especialistas no tema da sexualidade, conheciam toda a literatura pertinente, acrescentando-se, no caso de Malu, a literatura sobre gênero. Eu estava longe disso tudo. Mas resolvi aceitar o desafio, sobretudo para trabalhar com colegas formados como eu no Museu, de quem eu já era bastante próxima. Sérgio já havia participado de vários seminários do Psico-Rio, além de publicar artigos sobre a sexologia brasileira do entre-guerras nos dois números que organizamos do Cadernos IPUB. Não levou muito tempo para que perce-

bêsemos os entrelaçamentos entre os pioneiros da psicanálise e da sexologia, que surgiram no mesmo período. Publicamos juntos em 2002 o artigo “A Psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda” na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. De algum modo, portanto, embora de maneira um tanto periférica, eu já começara a participar da rede de discussões sobre sexualidade. Afinal, não era Júlio Porto-Carrero, um dos primeiros médicos a se auto-intitular psicanalista no Brasil, seguidamente identificado como sexólogo? Eu só voltaria às relações entre psicanálise e sexologia alguns anos depois.

Antes de prosseguir com meu zigzague acadêmico, é necessário que eu fale um pouco sobre ser integrante do CLAM, o que hoje em dia é importante componente da minha identidade. Parte de uma iniciativa global da Fundação Ford, a constituição de um Centro Latino-Americano no âmbito do IMS foi bastante trabalhosa, e envolveu um número grande de colaboradores. Fui coordenadora do Centro para o Brasil entre 2003 e 2013, coordenadora geral de 2013 a 2014, além de coordenadora editorial (primeiramente com Anna Paula Uziel e depois com Bruno Zilli) da coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade, agora publicada em conjunto com a Eduerj. Conheci e trabalhei com colegas queridos, como Anna Paula Uziel, Adriana Viana, Laura Moutinho, Elaine Brandão, Leila Araujo, Washington Castilhos, Horacio Sivori (mais tarde meu colega no IMS) além da sempre presente Ana Teresa Venancio. Fabíola Rohden foi, desse ponto de vista, uma colega especial. Além de parceiras na pesquisa sobre sexologia, e nos diversos artigos que publicamos, oferecemos várias disciplinas em conjunto para o PPGSC. Foi no decorrer dessas disciplinas que me iniciei de forma mais consistente nos estudos de gênero, em especial, nos textos das chamadas “feministas biólogas”, que foram de grande valia no decorrer da pesquisa em torno da sexologia e das disfunções sexuais.

Neste primeiro momento, além de participar da montagem do Centro, mantive meu interesse nas transformações da nosografia psiquiátrica e comecei a investigar a sexualidade nas classificações dos transtornos mentais.

Antes mesmo de começar meu trabalho no CLAM, o modo de classificar os transtornos ligados à sexualidade já havia chamado a minha atenção. Nas duas primeiras versões do manual, os problemas ligados à sexualidade circunscreviam-se às antigas “perversões”. No DSM I, de 1952, o que então se classificava como “desvio sexual” encontrava-se localizado na subcategoria “Transtorno de personalidade sociopática” localizada por sua vez no grupo maior dos “Transtornos de personalidade”. O manual não especifica o conjunto dos “desvios sexuais”,

apresentando apenas cinco exemplos. No DSM II, de 1968, permanece a categoria “desvios sexuais”, no interior do grupo “Distúrbios da personalidade e outros distúrbios mentais não psicóticos”, que contém a lista de nove categorias (homossexualidade, fetichismo, pedofilia, travestismo, exibicionismo, voyeurismo, sadismo, masoquismo, outros desvios sexuais) com suas respectivas descrições. A sexualidade, portanto, comparecia como perversão (ou desvio) da sexualidade “normal”, e como “Transtorno da personalidade”, algo que a psiquiatria tendia a considerar como uma perturbação muito próxima da delinquência, e por isso “intratável”. No DSM III, publicado em 1980, a sexualidade se desprendeu dos transtornos de personalidade e passou a constituir um grupo em si mesmo – os Transtornos Psicosexuais – subdividido em três categorias: Transtornos de Identidade de Gênero; Parafilias e Disfunções Psicosexuais (além da categoria residual Outros Transtornos Psicosexuais, sempre presente no manual). As Parafilias recobriam as antigas perversões. As novidades eram os Transtornos de Identidade de Gênero e as Disfunções Psicosexuais. Voltei-me sobretudo para essas últimas, que chamavam a atenção para a medicalização/ psiquiatrização da sexualidade “normal”, do casal heterossexual. Nos artigos que então publiquei sobre o tema – “Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea”, em 2004 e “Sexualidade e classificação psiquiátrica: o caso das disfunções sexuais” em 2006 – busquei argumentar que as categorias diagnósticas visavam circunscrever a carência ou escassez do “impulso sexual”. Isto é, a sexualidade só era vista como desviante (naquele momento) quando estava em falta. Sua exuberância, ou mesmo seu excesso, longe de constituir um problema, aproximava-se do ideal de uma sexualidade plena. Para além da incitação ao discurso sobre o sexo, como afirmava Foucault na História da Sexualidade, assistíamos à incitação ao sexo *tout court*.

Só mais tarde, ao pesquisar a constituição do campo da sexologia na América Latina, pude entender como se articulavam os estudos sobre a sexualidade levados a cabo em meados do século XX (com os livros de Kinsey e as propostas terapêuticas de Master e Johnson) e a nomenclatura psiquiátrica surgida com o DSM III.

Neste primeiro momento, participando dos seminários iniciais do CLAM e dos diversos congressos e encontros em torno da sexualidade, verifiquei que o interesse dos estudiosos das ciências sociais e dos ativistas focalizavam o que Foucault chamou de “sexualidades periféricas” à sexualidade conjugal – as práticas e identidades marginalizadas, estigmatizadas e quase sempre patologizadas. Mas eu percebia que havia que se levar em conta e produzir uma literatura crítica sobre os

modos de controle e regulação da sexualidade de um modo geral através da biomedicina, incluindo a sexualidade dos ditos “casais normais”, o que ficava patente com o lançamento da categoria “disfunções sexuais” em um manual psiquiátrico. Meus estudos nesse período me levaram a concluir que a politização das “sexualidades marginais” ocorreu simultaneamente à medicalização da “sexualidade *mainstream*”. De fato, as lutas pela despatologização da homossexualidade nos EUA, por exemplo, foram concomitantes ao surgimento da teoria de Masters e Johnson e à eclosão de uma quantidade bastante expressiva de centros para o tratamento de problemas sexuais.

Discuti essa questão nos artigos “A sexologia na era dos direitos sexuais”, publicado em *Gerações, família, sexualidade*, coletânea organizada por Gilberto Velho e Luiz Fernando Duarte em 2009, e “O campo da sexologia e seus efeitos sobre a política sexual”, publicado na coletânea *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos* organizada por Sonia Correa e Richard Parker, em 2011.

Um pouco depois do seu lançamento, o CLAM, que tinha como um de suas vertentes de pesquisa e intervenção os saberes sobre a sexualidade, deu início a uma pesquisa sobre a sexologia no Brasil, realizada por Fabíola Rohden, com o bolsista Igor Torres. Após algum tempo recebemos o convite de Alain Giami, pesquisador do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM), que já coordenava pesquisa semelhante na França e alguns países europeus, para a realização de uma pesquisa mais ampla, envolvendo outros países da América Latina. Passei a ser coordenadora da pesquisa, juntamente com Giami, trabalhando sempre com Fabíola e Igor, juntando-se a nós Livi Faro e Marina Nucci. O projeto foi realizado entre 2006 e 2011, e constituímos uma equipe através de diversas parcerias com instituições de pesquisa da Argentina, do Chile, do Peru, da Colômbia e, mais tarde, do México. Da pesquisa resultaram três livros da coleção Documentos do CLAM: *Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*, de Jane Russo, Fabíola Rohden, Igor Torres, Livi Faro e Marina Nucci; *Sexualidad, Ciencia y Profesión en Colombia*, de Mauro Brigeiro e Angela Facundo; *Sexualidade, Ciência e Profissão – O campo da sexologia na Argentina* de Mónica Gogna, Daniel Jones e Inés Ibarlucía. Além dos três livros on-line, eu, Sérgio Carrara e Fabíola Rohden organizamos em 2009 o dossiê Sexualidade, Ciência e Profissão na revista *Physis*, onde publiquei os artigos “O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização” (com Fabíola, Igor e Livi) e “A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino” (com Sérgio e Livi).

Este segundo artigo foi o primeiro trabalho publicado no Brasil contendo uma análise crítica da política de atenção à saúde do homem então recém-lançada pelo Ministério da Saúde. Em 2013 eu e Alain Giami organizamos o número especial “Sexology in Latin America” do *International Journal of Sexual Health*. Nele publicamos os artigos “The Diversity of Sexologies in Latin America: Emergence, Development, and Diversification” (Russo e Giami) e “Clinical Sexology in Contemporary Brazil: The Professional Dispute Among Divergent Medical Views on Gender and Sexuality” (Russo, Giami, Rohden, Faro e Nucci). Na revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*, publicamos “Novas tecnologias de intervenção na sexualidade: o panorama latino-americano” (Rohden, Russo e Giami, 2014) e na *Revista de Saúde Pública* “Diferenças de gênero no campo da sexologia: novos contextos e velhas definições” (Rohden e Russo, 2011). Além disso os resultados da pesquisa foram discutidos em vários encontros científicos entre 2005 e 2015, entre os quais, o III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, a VI a VIII e a IX Conferencias da International Association for the study of sexuality and culture in society – IASSCS, o XXVII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), a VIII e a IX Reuniões de Antropologia do Mercosul, a 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, o 19º, 20º e 21º Congressos da WAS (World Congress for Sexual Health) e os XIV e XV Congressos Brasileiros de Sexualidade Humana.

Logo que iniciamos nossa pesquisa percebemos que o termo “sexologia” estava caindo em desuso. A própria sociedade que congregava a maior parte dos profissionais do campo, fundada em 1986, não usava o termo “sexologia” no seu título, mas sim “sexualidade humana”. A transformação terminológica estaria correspondendo a uma diluição do campo, a uma transformação do que antes se chamava sexologia em várias outras coisas? Como investigar o “campo sexológico” em meio a esses sinais contraditórios? Estaríamos nós, enquanto investigadores, “inventando” o campo que queríamos investigar?

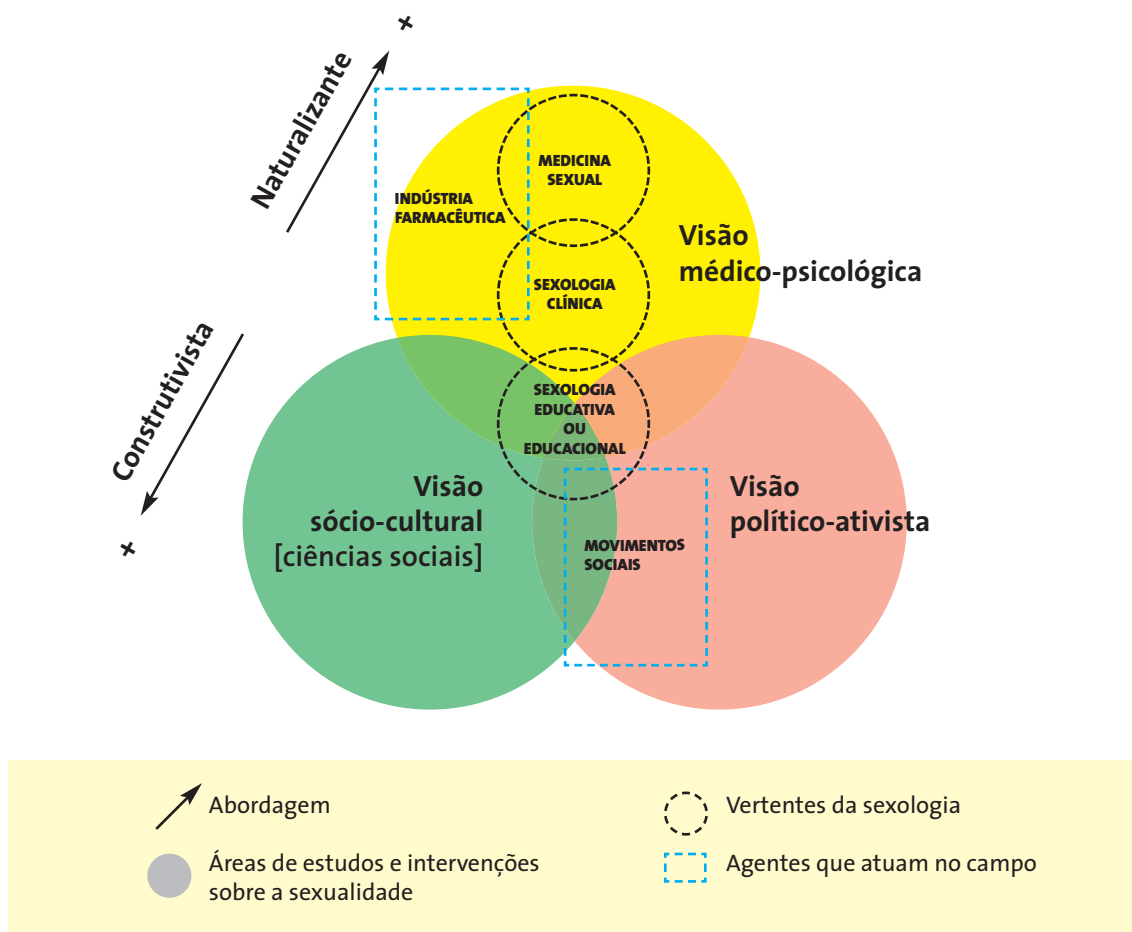
A pesquisa de fato descortinou um campo profissional em disputa, que se expressava também em transformações terminológicas. De um lado a sexologia clínica mais tradicional (assim a chamávamos), composta principalmente por ginecologistas e psicólogos/as e mais dedicada às disfunções sexuais femininas ou “do casal”. De outro a medicina sexual, composta majoritariamente por urologistas, herdeira dos estudos sobre a impotência e voltada eminentemente para as disfunções sexuais masculinas, em especial a chamada “disfunção erétil”. A distinção profissional, portanto, recobria uma distinção de gênero (incluindo o fato

da maioria dos urologistas ser de fato do sexo masculino) e uma diferença importante no próprio modo de conceber a sexualidade. Como o próprio nome indica, a medicina sexual concebe a sexualidade de modo eminentemente orgânico e focaliza sua atenção e suas propostas terapêuticas no funcionamento do órgão sexual masculino. O campo que designamos como sexologia tradicional é mais disperso, congrega profissionais com diferentes approaches terapêuticos, e tende a conceber a sexualidade de modo mais relacional e mesmo “psicossocial”. O termo usado para designar esse campo de estudos e intervenções é “Saúde Sexual”. A WAS – originalmente World Association of Sexology – fundada em 1978, tornou-se em 2003 World Association for Sexual Health. Sua proximidade com temas mais políticos, em especial através do campo da educação sexual, tem sido cada vez maior. Já a International Society for Sexual Medicine, foi fundada em 1984 como International Society for Impotence Research (ISIR), mudando seu nome em 2003. Essa reorganização do campo – explicitada através da renomeação das respectivas sociedades – de algum modo se associa ao quadro já mencionado que opõe a politização à medicalização. De fato essa disjunção entre o estudo “científico” da sexualidade, de um lado, e a politização da sexualidade, de outro, tomou novos contornos com o florescimento, entre os anos 1980 e 1990, dos estudos sobre impotência, capitaneados pelos urologistas e fortemente apoiados pelos laboratórios farmacêuticos.

Nesse momento a World Association of Sexology (WAS), que tradicionalmente abarcava as diferentes vertentes que compunham o campo da sexologia, viu sua hegemonia desafiada, sobretudo após o sucesso do Citrato de Sildenafil, conhecido pelo nome comercial “Viagra” (lançado em 1998). Ao mesmo tempo, os movimentos políticos em torno da diversidade sexual e dos direitos sexuais tornavam-se atores cada vez mais relevantes no campo das políticas públicas de saúde, em especial após o surgimento da pandemia da AIDS. A WAS não foi indiferente à crescente politização das sexualidades divergentes e do gênero. Em seu congresso de 1997 propôs uma Declaração dos Direitos Sexuais, adotada pelo congresso de 1999 e em 2000 participou ativamente do encontro patrocinado pela OPAS (Organização Panamericana de Saúde) e pela OMS que teve como produto o documento *Promotion of sexual health: recommendations for action*. Pouco tempo depois mudou seu nome para World Association for Sexual Health. Vemos assim o termo sexologia cair em desuso pelos dois extremos do campo: de um lado, pela vertente mais médica, que prefere a expressão “medicina sexual”, por outro lado, pela vertente mais eclética, que opta pelo termo “saúde sexual”.

De qualquer modo, a pesquisa que se iniciara visando estudar a construção da sexologia, viu-se às voltas com um campo complexo composto por vertentes divergentes. Nossas discussões sobre como delimitá-lo (e mesmo como nos localizar aí) levou-nos a compor um diagrama que publicamos em nosso livro sobre a sexologia brasileira e que reproduzo abaixo. O que esse diagrama propõe é uma interpenetração ou circulação entre as diversas maneiras de estudar, definir e intervir sobre a sexualidade, nas quais os cientistas sociais e os ativistas estão incluídos.

Campo de estudos e intervenções sobre a sexualidade



Já terminando a pesquisa, meu interesse voltou-se para a medicina sexual, e, por contiguidade, para as disfunções sexuais masculinas e para o papel da indústria farmacêutica na sua definição e tratamento. Em meu ziguezague eu retornava para o tema da constituição de categorias diagnósticas e sua relação com a indústria, que havia sido o foco da pesquisa sobre a psiquiatria biológica. Neste caso tratava-se de discutir o surgimento do Viagra e assemelhados em conjunto com a categoria “disfunção erétil”, que, como sabemos, não é sinônimo de impotência e apresenta

várias vantagens sobre esta do ponto de vista simbólico e prático. Além da disfunção erétil assistimos à emergência recente de uma outra categoria – o Distúrbio Androgênico do Envelhecimento Masculino (DAEM, ou ADAM em inglês). O DAEM veio substituir o termo andropausa, problemático por remeter à noção de uma menopausa masculina, que não é aceita por médicos ou pelo público leigo. Às vezes substituída por hipogonadismo (dependendo de quem o usa e em que contexto) a categoria DAEM deveria se aplicar não a um evento normal ligado ao envelhecimento, como é o caso da menopausa, mas a um distúrbio que teoricamente não atinge todos os homens. Seu tratamento consiste na reposição de testosterona (hormônio considerado responsável pela masculinidade). Orientei duas dissertações de mestrado sobre esse tema, de Lucas Tramontano e Cristiane Thiago (esta em co-orientação com Kenneth Rochel Camargo). Logo percebemos que, do mesmo modo que os diversos graus de “disfunção erétil” levam a um consumo quase recreativo do Viagra e assemelhados, é muitas vezes difícil diferenciar com alguma clareza o que seriam os sinais e sintomas de DAEM do puro e simples envelhecimento. Tocamos aqui num tema que já havia aparecido na investigação sobre a nosografia psiquiátrica inaugurada com o DSM III e vinculada ao desenvolvimento da indústria farmacêutica: o que diferencia a velhice “normal” de um pretense distúrbio hormonal? A essa dificuldade de definir com alguma clareza os limites entre perturbações da vida e distúrbios patológicos (tratáveis), junta-se outra, que também se antevia nos estudos sobre os diagnósticos psiquiátricos: a possibilidade de um aprimoramento de si através de medicamentos teoricamente lançados para o tratamento de patologias. Do mesmo modo que a Ritalina, (re)lançada para o tratamento de TDAH, é utilizada para incrementar as funções cognitivas de pessoas que precisam passar em concursos, o Viagra pode ser usado para turbinar a performance sexual de qualquer um em qualquer idade. O que dizer então da testosterona, cujo uso não médico, visando o aprimoramento corporal, é bastante antigo? Eu e alguns dos meus orientandos voltamos para essa molécula, aparentemente tão popular, com o intuito de estudar seus usos médicos e não-médicos, sua “personalidade social”, seus efeitos simbólicos. Orientei as teses de Livi Faro (*Mulher com o bigode nem o diabo pode: um estudo sobre testosterona, sexualidade feminina e biomedicalização*) e de Lucas Tramontano (*Testosterona, as múltiplas faces de uma molécula*), e estou orientando a de Cristiane Thiago sobre o papel da indústria farmacêutica e da classe médica na promoção e divulgação da terapia de reposição hormonal com testosterona (com co-orientação de Kenneth Rochel Camargo). Em torno dessa temática publiquei “A terceira onda sexológica:

Medicina Sexual e farmacologização da sexualidade” na *Sexualidade Salud y Sociedad* em 2013, “Homem com 'H': ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico” em *Cadernos Pagu*, no mesmo ano (com Lilian Chazan, Livi Faro, Fabíola Rohden), “O diagnóstico de Deficiência Androgênica do Envelhecimento Masculino e os (des)caminhos do desejo sexual masculino” na revista *Mediações* em 2015 (com Lucas Tramontano), “Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites” na revista *Interface* em 2016 (com Cristiane Thiago e Kenneth Rochel Camargo) e “Testosterona, desejo sexual e conflito de interesse: periódicos biomédicos como espaços privilegiados de expansão do mercado de medicamentos” em *Horizontes Antropológicos*, em 2017 (com Livi Faro).

O estudo da testosterona e do tema correlato da indústria farmacêutica aproximou-me de um grupo de jovens colegas do IMS – Rafaela Zorzanelli, Martinho Braga Silva e Rogério Azize – cujos projetos focalizam o uso de substâncias médicas e não-médicas. Temos oferecido disciplinas em conjunto e pretendemos constituir um laboratório de estudos sociais sobre o uso de substâncias. Pretendemos desafiar a tradicional divisão que separa as substâncias consumidas nas sociedades contemporâneas em drogas (de consumo ilícito) e medicamentos ou remédios (cujo consumo é não apenas lícito mas muitas vezes francamente incentivado). Nosso objetivo será o estudo da circulação de substâncias (classificadas como drogas ou como medicamentos, ou ambos) entre sujeitos que as produzem, consomem, pesquisam, receitam, em suma, se ocupam delas de algum modo, e os efeitos dessa circulação do ponto de vista simbólico, moral e social.

Estou chegando no momento atual da minha trajetória. Que parece de novo conhecer uma virada, mas depois de tantos zigues e zagues já reconheço que não se trata de fato de uma virada, mas de uma pequena e suave curva, que traz consigo não apenas o conteúdo do que venho discutindo em torno da testosterona, mas também me leva de volta a temáticas que percorri desde o início da carreira.

Há dois anos fui procurada por uma aluna do mestrado que queria estudar o processo de formação de doulas no país. Fernanda Loureiro Silva, graduada em Biomedicina, me procurou a partir do contato com meu livro *O corpo contra a palavra* (minha tese de doutorado, publicada em 1993). Achava que havia uma relação entre o que eu estudara nos idos dos anos 80 e seu atual interesse pelo trabalho das doulas. O tema da gestação e da relação mãe-bebê já havia estado presente nos trabalhos de Lilian Chazan em torno da ultrassonografia fetal que eu havia orientado no início dos anos 2000. Mas sobre “doulas” eu nada sabia. Na mesma época, em 2015, Marina

Nucci, sempre próxima, publicou com Fernanda Alzuguir (ex-orientanda de Fabíola Rohden e professora do IESC/UFRJ), o artigo “Maternidade mamífera: Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães” na revista *Mediações*. Marina havia recentemente se tornado mãe de uma garotinha, e, buscando orientações para sua própria experiência (lembro aqui o início deste memorial), chegou a várias redes sociais de “mães mamíferas” que lhe foram de grande valia. Mas, com sua sólida formação em ciências sociais e a partir de sua bagagem como pesquisadora no decorrer do mestrado e do doutorado, resolveu colocar em perspectiva e investigar as categorias que se formavam em torno de uma nova experiência de maternidade. Incluindo a sua, claro.... Conversando com Marina, Fernanda Alzuguir e Fernanda Loureiro percebi que, de fato, a “maternidade mamífera” e o trabalho das doulas tinham uma forte relação com o “alternativismo” dentro do qual se inseriam “meus” terapeutas corporais.

Voltando atrás no ziguezague, de algum modo o tema das terapias alternativas nunca havia me abandonado. Ainda em 1993 havia apresentado a comunicação “Indivíduo e transcendência: algumas reflexões sobre as modernas religiões do eu” no seminário “A Religião e a Questão do Sujeito no Ocidente” organizado pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social, mais tarde publicado como artigo na revista *Doxa* da UNESP. Discuti de forma ainda inicial a questão, que depois desenvolvi em “Os três sujeitos da psiquiatria” (publicado em 1997 no Cadernos IPUB), de uma dualidade na moderna concepção de indivíduo, que inclui tanto a ideia de um sujeito senhor-de-si, dono de autonomia e livre-arbítrio, quanto a de um sujeito alienado-de-si, em busca de um self sempre fugidio. Apoiava-me então nos trabalhos de Louis Dumont, Georg Simmel, Richard Sennett e Norbert Elias. Em especial as três obras de Dumont, Simmel e Elias contribuíram muito para minhas reflexões naquele momento. No caso de Elias tratava-se dos dois primeiros capítulos de *La civilisation des moeurs* (primeiro tomo do *Processo Civilizador*), em que ele discute as noções de civilização e cultura na França e na Alemanha. No de Simmel o artigo “Individual and society in eighteenth and nineteenth century views of life”, e em Dumont o livro *L’ideologie allemande: France – Allemagne et retour*. Nesses textos – não por acaso centrados (mesmo o de Simmel) na distinção entre a França como núcleo irradiador do iluminismo e a Alemanha como berço da reação romântica ao racionalismo iluminista – percebi uma via de análise importante para dar conta do fenômeno “psi”, mas sobretudo do “alternativismo” que eu havia explorado na tese de doutorado. A leitura posterior de Colin Campbell – o livro *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism* e, em especial seu

artigo "A orientalização do ocidente" (Religião e Sociedade, 1997) – me indicaram que eu estava no caminho certo. Em 2001 apresentei a comunicação "A pós-psi-canálise - entre Prozac e Florais de Bach", no encontro Clio-Psyché, organizado por Ana Maria Jacó-Vilela na UERJ, mais tarde publicada em livro. Lá comecei a tentar estabelecer uma relação entre uma voga "neo-romântica" (de que Campbell trata em seu artigo) e o "biologismo" que fundamenta a psiquiatria contemporânea. É importante assinalar que esse meu encaminhamento teórico, a partir de certo momento, foi fortemente apoiado e inspirado nos trabalhos que Luiz Fernando Duarte, companheiro de sempre no Psico-Rio e com quem dialogava constantemente nos GTs e STs da ANPOCS, começava então a publicar em torno da tensão entre romantismo e iluminismo como marca do universo de valores ocidental. Desde então seus diversos artigos sobre o tema (e temas correlatos) têm sido fonte de inspiração e orientação para meus trabalhos. Em 2001 coordenei com Luiz Fernando o ST "Natureza e cultura, uma fronteira em discussão" na XXV Reunião Anual da ANPOCS. Nele apresentei o trabalho "O sujeito da neurociência", em co-autoria com Edna Ponciano, publicado como artigo no ano seguinte na *Physis*. O subtítulo do artigo – da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza – remete à reflexão que já havia surgido no seminário anterior. Ali afirmamos: "O movimento contracultural e a voga biologizante parecem, à primeira vista, incompatíveis, dada a preocupação objetivante e cientificista desta última. Procuraremos demonstrar que a neurociência, constituindo-se em importante vertente dessa 'virada biológica', se aproxima da ideologia subjacente ao movimento contracultural ao afirmar um monismo naturalista, que praticamente extingue o mental (ou o psicológico) como realidade sui generis, construindo uma visão totalizante e 'encorporada' do ser humano.". Argumentamos ainda que "a leitura hiper-naturalista do humano" leva a um re-encantamento da natureza, aproximando uma certa vertente da neurociência das críticas ecológicas ao cientificismo mecanicista. Voltei a essa discussão em um texto recente, que deverá ser publicado no segundo semestre de 2017: "Do psíquico ao somático – notas sobre a reconfiguração do sujeito contemporâneo". Neste, calcada na concepção de uma "tensão inarredável" entre romantismo e iluminismo proposta por Luiz Fernando, argumento que a virada corporal das terapias alternativas e a virada biológica / cerebral da psiquiatria são produto de um rearranjo importante dessa tensão. Volto a Colin Campbell, para quem o polo romântico desse contraponto, marca da nossa cultura, abandonou sua posição habitualmente subordinada para assumir a frente dos modos dominantes de ação e pensamento. Essa mudança tem se expressado nos movimentos contraculturais

originados nos anos 60/70, de caráter claramente neo-romântico e neo-vitalista, que se acoplam a um reencantamento da natureza. Valendo-me ainda da leitura de *The politics of life itself* de Nikolas Rose, refiro-me a uma espécie de vitalismo contemporâneo, a partir do qual argumentos biológicos reducionistas se combinam a argumentos afetivo-vitalistas. Assim, ao passo que é cada vez mais possível se produzir vida (ou mais vida) através da biotecnologia, a experiência somática / corporal é também crescentemente investida de alto valor moral e afetivo. Argumento, finalmente que “o que hoje em dia se chama de ‘interioridade somática’, cuja expressão mais conhecida é a do ‘sujeito cerebral’, pode ser vista como produto [da] reconfiguração [da tensão entre romantismo e iluminismo] – buscando demonstrar que o materialismo que marca tais fenômenos é uma espécie de ‘materialismo reencantado’, em que o valor ‘vida’ tem um papel crucial.”

Evidentemente um dos mais expressivos eventos de uma “experiência somática / corporal investida de alto valor moral e afetivo” é o trio composto por gravidez-parto-puerperio. Chego assim à “maternidade mamífera” – que implica um investimento afetivo e moral altíssimo na experiência corporal desses três eventos, baseado, porém em evidências científicas. Esse ponto de chegada, entretanto, me aproxima forçosamente dos meus começos: os terapeutas corporais e minha tese de doutorado, e do desejo de estudar essa cultura “alternativa”, essa nova moral “neo-romântica”.

O encontro com Fernanda e com o texto de Marina e Fernanda Alzuguir levou-me então de volta às minhas reflexões sobre o universo “alternativo”. No primeiro semestre de 2016 ofereci a disciplina eletiva “Ciência e afeto: o caso da ‘maternidade mamífera’”, com a colaboração de Marina. Tive então contato com uma literatura que desconhecia sobre parto humanizado, uma nova puericultura e a relação disso tudo com o hormônio ocitocina. O curso atraiu várias mulheres, muitas jovens mães, outras profissionais da área, ávidas por discutir o tema, e foi muito proveitoso.

Minha pesquisa sobre os hormônios (em especial a testosterona) ganhou uma nova vertente, e meu mais recente projeto de pesquisa – “Hormônios, ciência e política: um estudo sobre usos médicos e não médicos de hormônios e sua articulação com ideologias de gênero” – tem como objetivo pesquisar os discursos e as práticas em torno da testosterona e da ocitocina, buscando caracterizar as duas moléculas enquanto traduções bioquímicas da masculinidade e da feminilidade. A testosterona, com seus efeitos associados não apenas ao vigor e à agressividade, mas ao fortalecimento da sexualidade e a ocitocina associada à maternidade e, quase como uma decorrência disso, ao fortalecimento dos vínculos afetivos. Várias tensões surgem associados às duas moléculas, sendo a mais expressiva a que se

cristaliza em torno da polaridade sexualidade / afeto, e que recobre uma outra entre masculino e feminino. A pesquisa sobre ocitocina me permitirá investigar, dentro de tais polaridades, o processo contemporâneo de re-encantamento “corporificado” da maternidade através do movimento do parto humanizado.

O princípio básico que organiza o parto humanizado é a ideia de uma natureza feminina a partir da qual o corpo da mulher é visto como naturalmente preparado para dar à luz, bastando para isso deixar que o organismo siga seus processos sem qualquer intervenção. Do mesmo modo a ocitocina liberada no decorrer do parto (e, depois, durante a amamentação) é responsável pelo intenso laço afetivo que rapidamente se constitui entre a mãe e seu bebê. A experiência propriamente física do parto (conjugado à posterior amamentação exclusiva e sob demanda) é, portanto, imprescindível para o estabelecimento deste elo. O elo é afetivo e moral porque fundamentado na biologia, na materialidade do corpo. Quem faz a conexão entre o afetivo/moral e o material/biológico é a ocitocina. Do mesmo modo que a testosterona, e como os outros hormônios menos conhecidos, a ocitocina é uma substância ao mesmo tempo material e moral, passível de observação e mensuração enquanto matéria, mas imensurável em seu valor moral.



Antes de colocar o ponto final gostaria de voltar à minha situação limítrofe, tanto na antropologia (como antropóloga que trabalha com a saúde) quanto na saúde coletiva (como cientista social). Hoje vejo que trabalho na e com a fronteira entre o biológico/ material e o sociológico/moral. Minha jornada no IMS, como professora do PPGSC, me levou a ter contato com vários colegas que já conhecia de “vidas passadas” (como Malu, Sergio, Benilton e Jurandir), a conhecer novos colegas e, sobretudo, novos pontos de vista, mais próximos ou mais afastados das ciências sociais. Fui chefe do departamento de Política e Instituições de Saúde entre 2000 e 2002, Vice-diretora do Instituto, junto com Ruben Mattos, entre 2004 e 2008 e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva entre 2011 e 2013. O contato com a diversidade, que se expressa na convivência entre as três áreas de concentração do programa de pós-graduação, é academicamente muito estimulante. A necessidade de discutir ou reagir a temas ligados a políticas públicas em saúde traz uma forma diferente de conviver com o próprio campo antropológico. E vice versa. As discussões em antropologia trazem, acredito, uma contribuição especial para a saúde coletiva. Pensando nisso escrevi com meu amigo Sérgio Carrara, após muitas conversas

em nosso itinerário quase cotidiano entre a Glória e o Maracanã, o artigo “Sobre as ciências sociais na Saúde Coletiva, com uma referência especial à Antropologia”, publicado na *Physis* em 2015. Nele, através da história da estruturação da Saúde Coletiva no Brasil, discutimos a posição ocupada pelas três áreas que hoje a constituem, procurando explorar a lógica subjacente à hierarquia que se estabeleceu entre elas. Propomos uma espécie de subversão da hierarquia tradicional entre as ciências sociais e a área da saúde, que pode levar a uma nova maneira de pensar a estruturação do campo como um todo. Foi um artigo reflexivo, em que, a partir da leitura de extenso material sobre a história da Saúde Coletiva brasileira, buscávamos responder à nossa própria inquietação acerca desse lugar ambíguo de um antropólogo numa área tão marcada pelo discurso médico. De fato não basta a desnaturalização de pressupostos médicos, ou a insistência na construção social do corpo ou das doenças. Não se trata de uma batalha entre duas visões divergentes do humano. A desnaturalização de pressupostos biológicos deve ter como objetivo a demonstração de que esses pretensos dois níveis da existência (o biológico e o cultural) na verdade não existem como duas esferas separadas que no máximo se influenciam mutuamente (ou uma sendo “a base” e outra “a influência”). A insistência da visão “bio-psico-social” parece apontar para uma soma de olhares, ou visões, que deixa intocada a questão da hierarquia entre elas. Superar a concepção de somatório deve ser nosso objetivo.

Em seu artigo de 2003, (“Os estudos de antropologia da saúde/doença no Brasil na década de 1990”, publicado em *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8 n.1), Ana Maria Canesqui afirmou que as novas temáticas surgidas no campo da Saúde Coletiva nos anos 1990, como gênero e sexualidade, por exemplo, foram responsáveis por importante expansão bibliográfica na área de Ciências Sociais e Saúde. Tratava-se, segundo ela, de mudanças de visões de mundo e valores. O que estava em jogo, portanto, não era apenas a relação das ciências sociais (e, entre elas, da antropologia) com a área da saúde, mas, mais do que isso, a relação entre medicina e sociedade. De fato, o surgimento e a consolidação do segundo feminismo, do movimento LGBT e do movimento pela reforma psiquiátrica significaram uma espécie de “socialização” de questões médicas, trazendo para a esfera social e política fenômenos e temas considerados circunscritos à medicina (ou à sua lógica). É possível, neste sentido, repensar o papel das ciências sociais, e da antropologia em particular, no campo da saúde coletiva: caberia a essas disciplinas limítrofes dar ao qualificativo “coletiva” seu sentido mais radical, apondo o enraizamento social e cultural da prática biomédica e seus objetos (corpo,

saúde e doença). Trata-se aí de inverter a equação que mantém as hierarquias entre os diferentes campos científicos, a partir da qual se pensa o social e o cultural como o que é variável e passível de mudança, e o natural/biológico, ao contrário, como o que é invariável, porque ancorado na realidade material. Os novos objetos e abordagens trazem a possibilidade de trabalharmos com a ideia de uma natureza/ biologia mutáveis e transformáveis em articulação com a esfera cultura/social. Ao mesmo tempo, a cultura deve ser pensada de forma incorporada, ou seja, existindo através do corpo e, portanto, da materialidade biológica. Ao reconfigurar as dualidades tradicionais – corpo e mente, natureza e cultura –, essas novas abordagens também acabam por reconfigurar a hierarquia entre, de um lado, ciências médicas e/ou biológicas – que lidariam com a realidade material do corpo e das doenças – e, de outro, ciências sociais – que lidariam tão somente com representações e valores sobre o corpo e as doenças. Reproduzo aqui a pergunta com a qual terminamos nosso artigo: “até que ponto essa subversão mais ampla de uma hierarquia de saberes reverbera sobre a hierarquia própria do campo da saúde coletiva? Indo um pouco mais além: até que ponto a compreensão da posição subalterna da antropologia (e das ciências sociais como um todo) no campo mais amplo da saúde coletiva se esgota na história sociopolítica do campo e até que ponto devemos levar em conta uma questão de outra ordem que, sendo conceitual e epistemológica, é também política?”.

Quando recebo novos/as orientandos/as de pós-graduação costumo brincar com eles ou elas dizendo “aqui no IMS nada existe – hormônio, gravidez, maternidade, neném – colocamos tudo em dúvida”. A esse respeito relembro a incômoda resposta de Lucy a Charlie Brown na epígrafe deste memorial: “não dou conselhos, apenas aponto a raiz do problema”. Em uma área tão repleta de recomendações, propostas, advertências e conselhos imagino que apontar algumas “raízes” de alguns “problemas” talvez não seja uma atividade tão inócua assim. Voltando a Clifford Geertz, encontro em seu artigo “Anti anti-relativismo” uma bela definição do que afinal fazem os antropólogos que bem poderia completar, com seriedade, minha brincadeira (e o diálogo entre Lucy e seu amigo): “Temos procurado com sucesso nada desprezível, manter o mundo em desequilíbrio, puxando tapetes, virando mesas e soltando rojões. Tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar. Australopitecos, Malandros, Cliques Fonéticos, Megalitos: apregoamos o anômalo, mascateamos o que é estranho, mercadores que somos do espanto.” (*Nova Luz sobre a Antropologia*, p. 65)